Altos e baixos
Orlando Coser

Numa época de oscilações entre a euforia e a depressão, que sentido ainda pode ser tirado das ideias de tristeza e felicidade?

A melancolia epidêmica

O século XX assistiu à emergência de uma nova cultura no enfrentamento dos males da alma. Em parte ela se deve à criação dos medicamentos psicotrópicos, cujo primeiro representante entrou no mercado em 1952. Estava aberta a temporada dos psicofármacos, que modificariam completamente o tratamento dos distúrbios da alma. Aparecia uma nova classificação química, a dos antipsicóticos, usados inicialmente no tratamento da esquizofrenia ou estados de intensa agitação psicomotora.

Este primeiro medicamento e seus sucessores teriam, desde então, revolucionado a psiquiatria.

Esta, entretanto, é apenas a narrativa sancionada pela indústria e pelo discurso acadêmico dominante, e não a verdade última deste campo. Nesse novo universo da psicofarmacologia, a indústria se esmerou na produção de metáforas — os discursos científicos e mercadológicos criados especificamente para falar dos efeitos dos novos medicamentos e suas indicações.

Uma vez que os efeitos obtidos com os novos medicamentos inauguravam novidades para as quais não existiam nomes, era preciso inventar formas de designá-los. Da junção entre substância e metáfora, nascem os numerosos estabilizadores, tranquilizantes, antidepressivos, neuromoduladores, antagonistas da serotonina…

Além de sintetizar novas substâncias, testálas, e produzir medicamentos , t ê m s e que produzir metáforas conceituais, argumentos e hipóteses científicas para dar aval às novas drogas.

Assim, o primeiro antipsicótico foi chamado de “estabilizador neurovegetativo”; o primeiro “antidepressivo”, de “energizante psíquico”. Os aparentes exageros ficam quase camuflados no discurso intensivo dos departamentos de marketing da indústria. Um bom exemplo é a “descoberta”, recente, de uma doença que se convencionou chamar de fobia social.

“Imagine ser alérgico a gente”, provoca a campanha de divulgação desta inovação diagnóstica, feita sob medida para um medicamento.

Suas vendas saltaram de 2,1 para 3,31 bilhões de dólares, em um ano. O departamento de marketing do laboratório não se preocupou em camuflar intenções, na apresentação do novo produto: “Todo comerciante tem o sonho de encontrar um mercado não identificado para desenvolvê-lo. Isso é o que nós fomos capazes de fazer com o transtorno de ansiedade social”.

A luminosidade desta afirmação revela o tumultuado espectro do campo da saúde mental, agora totalmente sob o domínio da indústria ou, melhor dizendo, do capital industrial que lhe pede remuneração imediata.

O principal efeito desta estratégia mercadológica é o menosprezo à clínica médica e psicológica. Parte do saber, da ciência, da tradição médica, é substituída pelo convencimento através de ampla ação de marketing, destinada não só a profissionais de saúde como, a partir de comunicação direta, a leigos.

A indústria assume a tarefa de instruir médicos e pacientes no desempenho do papel que lhe interessa. Para bem vender os produtos que fabrica, o marketing fomenta a sintomatização do viver. Os pacientes são instruídos a produzir sintomas e os médicos, a prescrever. Somos instruídos sobre determinados códigos comportamentais, e com eles aprendemos a diagnosticar, traduzir e entender certas queixas. Tudo embalado com argumentos científicos.

Estas instruções criam formas de percepção, julgamento e ação sobre determinadas questões, criam-se hábitos de consumo e comportamento.

Dos anúncios de medicamentos dos anos 1950 prometendo “reduzir os primitivos ímpetos de luta e fuga”, ou os sugeridos para amenizar nas crianças seu “ânimo contestador”, vemos nos últimos anos um crescimento exponencial desse marketing, em que as pessoas não ficam mais apenas tristes, desanimadas, fatigadas, angustiadas, aflitas. Agora elas são classificadas com diagnósticos graves de depressão, pânico, TOC. E o número de pessoas atendidas como depressivas não para de crescer. Os psicofármacos alteram os conceitos que fazemos de saúde, doença, sofrimento, bem estar, e a maneira como representamos nossos estados afetivos.

Dificuldades cotidianas viram sintomas patológicos

A depressão, doença de importância indiscutível, transformou se numa febre que atinge quase 25% da população, quando, em 1960, era diagnosticada para 1% dos doentes. Mais uma vez, essa expansão não é determinada por um apuro no diagnóstico, e sim pela prescrição generalizada de medicamentos.

Os portadores reais dessa doença se misturam aos milhões que são de alguma forma v í t i m a s d o marketing farmacêutico.

Um dos argumentos já a b s o r v i d o s p o r g r a n d e parte de profissionais e leigos afirma que a depressão seria o resultado de um desequilíbrio neuroquímico.

Embora questionável, o dogma é muito usado porque funciona como um modelo conceitual que instrumentaliza a pesquisa e o discurso científico da psiquiatria. Atualmente, tudo se passa como se um deprimido fosse quem padecesse de falta de serotonina.

E, consequentemente, carecesse de um medicamento destinado a suprila. Todos os antidepressivos anunciam corrigir o desequilíbrio da balança neuro-hormonal, resultando que a venda destes medicamentos alcançasse cifras bilionárias. Para ampliar a expansão do uso dos psicofármacos, o século XXI assiste a uma nova metáfora, a categoria “transtornos comportamentais”, genérica o suficiente para não ter limites, porém específica o bastante para indicar um problema a ser resolvido. Ideal para pediatras e clínicos gerais, induzidos a esta prescrição não padronizada (off-label).

Idosos e crianças são o segmento da vez. Pesquisas americanas e inglesas alertam, entretanto, que se prescrevem antipsicóticos para crianças sem qualquer receio de efeitos colaterais, mesmo que tardios. Pesquisa documentam, entre 1995 e 2006, o crescimento do número de consultas médicas para clientes entre 2 e 18 anos, em que um psicotrópico da classe dos antipsicóticos fosse indicado, detectando um salto nestas prescrições de 8,6 por 1000 consultas em 1995 para 39,4 por mil em 2002. Com o agravante de 67% das indicações terem sido feitas por médicos não especializados em psiquiatria ou neurologia.

ORLANDO COSER é psiquiatra e psicanalista, doutor pela PUC-SP, e autor de “As metáforas farmacoquímicas com que vivemos” (Garamond)

Leia mais

A ética da alegria e o fim da tirania
Regina Schöpke

Quando o filósofo Clément Rosset afirma, a respeito de Nietzsche, que “a alegria é a força maior”, ele deseja mostrar que a alegria não é um sentimento dentre outros, mas a força motriz que nos impele à vida, uma espécie de grande “sim” à existência em todas as suas facetas. Afinal, este sentimento envolve todos os nossos sentidos e nos fortalece de tal maneira que, uma vez alegres, nada mais parece pesar em nós.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais

É que a alegria, quando vivida em profundidade, não deixa espaço para mais nada — razão pela qual Leibniz a definia como um sentimento totalizante que, estando presente, domina todos os demais. Totalizante ou apenas dominante, a alegria, para Nietzsche, é a força que nos coloca em movimento, é aquilo que nos faz agir, é o que nos faz querer viver.

É claro que nem todos entendem a alegria deste modo. Para muitos, ela é apenas um ímpeto passageiro, uma sensação fugaz de contentamento e júbilo, algo que apenas contrasta com a dor, geralmente considerada mais permanente e profunda.

Porém, para filósofos como Nietzsche e, sobretudo, Espinosa, ela é um sentimento vital, afirmativo, que se confunde com a própria potência de existir. Neste caso, ela pode ser definida como uma disposição favorável com relação à vida. Eis porque o homem alegre é sempre alegre, mesmo quando está triste (ao contrário do homem angustiado, que sempre é angustiado mesmo quando tem motivos para estar alegre).

Em poucas palavras, é preciso que se entenda que sem alegrias o corpo vai adoecendo e a paralisia das ações torna-se inexorável. É a ocasião certa para a angústia se instalar e afunilar nossa percepção da vida. Porque é isto exatamente a angústia: uma sensação ou sentimento de vazio, de incompletude, de insignificância, uma espécie de afunilamento, de perda de perspectiva, de indisposição com a vida. É quando o niilismo se instala no âmago do ser e a própria vida é vista como nada.

Espinosa usa o conceito de “conatus” para definir esta força de existir inerente a cada ser (que aumenta e diminui ao longo da existência em função dos encontros alegres ou tristes que fazemos). É por isso que Nietzsche afirma que os pessimistas e niilistas, ao julgarem a vida má e pesada, nada mais fazem do que revelar sua própria impotência e fraqueza diante dela.

Sem dúvida, é de grande valor para estas reflexões o conhecimento genealógico do conceito de alegria (que ora foi pensado como um movimento da alma, ora como paixão, afecção, pulsão, emoção fundamental ou simples prazer da mente). E, neste caso, o livro “A história da alegria — Da Bíblia ao Romantismo tardio”, de Adam Potkay (Editora Globo), é uma boa fonte de informação. Potkay, que deixa claro que sua intenção não é buscar uma definição para a alegria em si mesma, mas, sim, mostrar o aspecto cultural de um sentimento que é também um conceito e uma palavra, parte do pressuposto de que os cristãos protestantes, ao contrário dos católicos, teriam posto a alegria no centro de suas preocupações (provavelmente por se negarem a levar uma existência terrena só de privações e sofrimentos).

Potkay, no entanto, não se priva de dar sua própria interpretação da alegria e se alia àqueles que a vêem como um sentimento fugaz, que emerge como uma pausa na dor da existência. Trata-se, para ele, de uma sensação passageira que inebria os sentidos e a mente.

Definição um tanto schopenhaueriana, sem dúvida: afinal, a alegria é vista mais como exceção do que regra numa vida pensada como dor e sofrimento.

Mas isto não é tudo. Potkay define a alegria como um “deleite da mente”, o que significa dizer que ele tende a racionalizá-la e, assim, sentir-se alegre é, sobretudo, saber-se alegre. De fato a leitura do livro nos mostra como o conceito vai assumindo variadas formas e nuances (na poesia, na literatura, na filosofia ou na religião).

É aqui que saímos do universo histórico de Potkay e mergulhamos de novo nas reflexões filosóficas de Espinosa e Nietzsche. Afinal, é preciso compreender a alegria do ponto de vista de sua ontologia, de sua realidade, é preciso entendê-la como uma forma de resistência, de enfrentamento do mundo e de suas falsas promessas de felicidade.

É aí que a leitura da “Ética” de Espinosa torna-se essencial para nos fazer entender como a busca dos bons encontros é fundamental para nos tornar mais fortes e livres. Na verdade, a lógica da vida (ou da potência) é simples: a alegria aumenta nosso poder de existir, aumenta o nosso “conatus”, enquanto a tristeza diminui nossas forças, nosso poder de ação.

Não existe uma regra para o que nos fortalece: pode ser uma bela música, um grande amor, uma amizade profunda, a filosofia, um afeto animal e até mesmo os prazeres mais simples do corpo, que foi sempre tão violentamente esmagado por uma moral hipócrita que condena as alegrias físicas em nome das alegrias "metafísicas". Seja como for, é preciso buscar o que nos potencializa, porque é a fraqueza que alimenta os tiranos, diz Espinosa.

Eis que estamos diante de uma questão política e existencial das mais profundas: a tirania domina pela força, e também pelas ideias, os que estão fracos e impossibilitados de lutar.

As religiões, por exemplo, dominam os homens infundindo lhes o medo da morte e dos castigos eternos. Em suma, falar em uma ética da alegria é falar em uma ética da potência, uma ética que busca produzir homens mais fortes e plenos para a vida, ou seja, homens verdadeiramente livres.

REGINA SCHÖPKE é filósofa, historiadora e autora dos livros "Por uma filosofia da diferença" e "Matéria em movimento".

Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 4 set. 2010, Prosa & Verso, p. 3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais